

ENGRENAGENS INDUSTRIAIS DO AGRONEGÓCIO
CANAVIEIRO: CRISE, DESENVOLVIMENTO
DEPENDENTE E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA
EM SERTÃOZINHO-SP

ADRIANO SANTOS

Graduado em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras - UNESP. Doutor em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP. Atualmente é professor de Sociologia do curso de Ciências Sociais no Instituto de Ciências Humanas e Letras – UNIFAL-MG. Líder do grupo de pesquisa Filosofia, História e Teoria Social.

Contato adriasantos81@gmail.com

ENGRENAGENS INDUSTRIAIS DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO: CRISE, DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA EM SERTÃOZINHO-SP

Adriano Santos

RESUMO

O objetivo do presente texto é discutir o processo histórico do desenvolvimento industrial de Sertãozinho-SP à luz do desenvolvimento do agronegócio canavieiro na região de Ribeirão Preto-SP. Para tanto, busca-se analisar por meio de ampla bibliografia, levantamento de dados e pesquisa documental de caráter qualitativo, as origens da crise e a reestruturação produtiva da Zanini S.A Equipamentos Pesados de Sertãozinho ao longo dos anos de 1980 e 1990. Nesse sentido, busca-se ainda desvelar, com uma breve síntese histórica, a processualidade contraditória do modelo de desenvolvimento do agronegócio canavieiro, sua expansão e crise na atualidade. Como resultado dessa discussão, indica-se que ao aprofundar-se neste modelo de desenvolvimento cuja lógica é essencialmente destrutiva e insustentável, a economia industrial sertaneza repõe as bases e estruturas históricas da dependência, na medida em que reproduz o padrão de acumulação típico de uma economia colonial.

Palavras-Chave: Agronegócio canavieiro; desenvolvimento industrial; crise; reestruturação produtiva.

INDUSTRIAL GEARS OF THE SUGARCANE AGRIBUSINESS: CRISIS, DEPENDENT DEVELOPMENT AND PRODUCTIVE RESTRUCTURING IN SERTAOZINHO-SP

Abstract

The aim of this paper is to discuss the historical process of industrial development of Sertãozinho in the light of the development of the sugarcane agribusiness in the region of Ribeirão Preto. Therefore, it seeks to analyze through extensive bibliography, data collection and documentary qualitative research, the origins of the crisis and the productive restructuring of Zanini SA Sertãozinho Heavy Equipment over the years 1980 and 1990. In this sense, we search to unveil, with a brief historical overview, the contradictory processuality of the development of the sugarcane agribusiness model, its expansion and crisis today. As a result of this discussion, it indicates that by deepening in this development model whose logic is essentially destructive and unsustainable, the sertaneza industrial economy resets the bases and historical dependency structures when it reproduces the typical pattern of accumulation of a colonial economy.

Keywords: Sugarcane agribusiness; industrial development; crisis; productive restructuring.

Introdução

O presente texto que ora apresento é resultado parcial das pesquisas que venho realizando há 10 anos sobre a reestruturação produtiva em Sertãozinho-SP a partir do estudo de caso da Zanini S.A Equipamentos Pesados e sobre as contradições sociais e ambientais do desenvolvimento do agronegócio canavieiro no Brasil, como modalidade do capitalismo dependente vigente na região de Ribeirão Preto-SP. A motivação para investigar esses temas tem a ver com minha trajetória social, enquanto filho de trabalhadora canavieira e trabalhador metalúrgico que dedicaram mais de 30 anos de suas vidas no trabalho para por em funcionamento as engrenagens industriais do agronegócio na região.

Embora seja necessário expor as contradições reais que escondem as nefastas condições de trabalho por trás do “ideológico” cenário montado pelo agronegócio canavieiro na região de Ribeirão Preto e Sertãozinho-SP, esse não será meu objetivo¹. Em verdade, busquei apresentar aqui o pano de fundo dessas condições em que vivem e laboram os trabalhadores, isto é, desenvolvi uma síntese histórica detalhada na qual exponho o contexto em que tais contradições se desenvolveram no passado e que continuam a se desenvolver também no presente.

Por isso, meu objetivo é discutir o processo histórico e contraditório do desenvolvimento industrial de Sertãozinho-SP à luz do agronegócio canavieiro e seus diversos ciclos de crescimento, crise e expansão que marcaram a região de Ribeirão Preto desde sua origem no final do século XIX. Assim, por meio de ampla bibliografia e pesquisa documental de caráter qualitativo, apresento suas engrenagens industriais, tomando como base o estudo de caso da Zanini S.A Equipamentos Pesados de Sertãozinho. Nesse sentido, não poderia deixar de problematizar a crise e a reestruturação produtiva que tanto o setor metalúrgico sertanezinho quanto o setor sucroalcooleiro vivenciaram ao longo dos anos 1980 e 1990. Aliás, estes são períodos importantes da história recente sem os quais não se compreende a reestruturação produtiva e a conjuntura da expansão canavieira ao longo dos anos 2000.

Considerando, portanto, que Sertãozinho-SP figura na economia paulista como um dos principais centros industriais, dedicado especialmente ao complexo agroindustrial canavieiro, busquei problematizar as relações sociais de produção existentes entre a realidade industrial do município e o modelo de desenvolvimento econômico pautado na produção do agronegócio canavieiro. Como resultado, tem-se em conta que, todo o desenvolvimento histórico-econômico de Sertãozinho-SP esteve e está atrelado intrinsecamente ao desenvolvimento do agronegócio na

¹ Para uma discussão ampliada sobre as condições de vida e trabalho dos operários das indústrias em Sertãozinho e dos assalariados rurais que atuam na colheita manual da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto, ver dois estudos de minha autoria: 1) *A usinagem do capital e o desmonte do trabalho – Reestruturação produtiva nos anos de 1990, o caso da Zanini S.A. Equipamentos Pesados*. São Paulo: Expressão Popular, 2010; 2) *O moinho satânico do agronegócio canavieiro no Brasil: dependência e superexploração do trabalho na região de Ribeirão Preto-SP*. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Estadual de Campinas, 2013.

região de Ribeirão Preto. Suas bases, na verdade, repõem historicamente – mesmo nos períodos de grande acumulação e expansão do capital agroindustrial – as estruturas históricas da dependência e a lógica do desenvolvimento desigual e combinado.

Em outras palavras, é possível dizer que, ao contrário dos que afirmam que o agronegócio representa o que há de mais moderno na economia brasileira e que por isso os usineiros poderiam ser considerados os “heróis nacionais”. Na verdade, trata-se da continuidade do mesmo padrão de desenvolvimento típico das economias coloniais, ou seja, significa a reprodução de um modelo de desenvolvimento econômico dependente, essencialmente destrutivo, que combina não só a aplicação tecnológica da ciência com as estruturas arcaicas da colonização, mas se caracteriza também pela permanente ampliação da monocultura, do latifúndio e do trabalho escravo. No caso brasileiro, tais formas de exploração da terra e do trabalho estão contemporaneamente associadas às formas moderníssimas de produção e reprodução ampliada do capital.

É no interior desse modelo que as indústrias metalúrgicas de Sertãozinho-SP foram moldadas, é em consonância a este modelo que a cidade viveu e ainda vive algumas de suas contradições mais explosivas. Eis o contexto que pretendo desvelar.

1) Sertãozinho e o agronegócio canavieiro: a aurora de um novo tempo

Não é de hoje que a região de Ribeirão Preto e Sertãozinho-SP é conhecida em todo o país como uma das regiões mais ricas e desenvolvidas do Estado de São Paulo. Mas o que será que a caracteriza como uma das regiões mais ricas, sendo denominada já há algum tempo de a “Califórnia Brasileira²” ou até mesmo de a “capital do agronegócio”? Que contradições históricas dessa denominação se escondem por trás dessa denominação ideológica do agronegócio da região?

A realidade que permitiu aos empresários do setor sucroalcooleiro, apoiados pela mídia e pelo Estado a denominarem, ideologicamente, a região como “Califórnia Brasileira” congrega um conjunto de aspectos físico-naturais, geográficos, históricos, sociais e econômicos que se articulam contraditoriamente ao processo histórico de desenvolvimento econômico da região de Ribeirão

² Segundo Pires (2004), dentre as razões que levaram a intitulação de Ribeirão Preto como “Califórnia Brasileira”, destaca-se o fato de que é uma das cidades mais ricas e de melhor qualidade de vida do Brasil. Segundo os dados do Censo de 2000, a renda média do ribeirão-pretano, R\$ 539,84, colocava o município entre os 0,4% mais ricos do país e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) era o vigésimo primeiro mais elevado entre 5.507 cidades brasileiras. O município de Ribeirão Preto desfruta de excelentes indicadores sociais, de uma oferta ampla e qualificada de bens e serviços no setor terciário, assim como de acesso a uma infraestrutura de transportes, comunicação e saneamento básico de ótima qualidade. Todavia, infelizmente, nem todos usufruem dos benefícios em igual proporção, havendo, ao lado da riqueza, a persistência – e mesmo a ampliação nos anos 1990 – de diversos problemas sociais ainda graves, como, por exemplo: 8,6% da população vivendo com uma renda média inferior a meio salário mínimo (15,1% das crianças) e elevada concentração de renda.

Preto e Sertãozinho-SP. Considerando a localização geográfica e sua infraestrutura de transporte é possível constatar, com base nas informações da secretaria do planejamento do Estado de São Paulo e da Fundação SEADE, alguns traços da posição de destaque que a região ocupa atualmente no cenário econômico estadual e nacional.

Segundo informações do SEADE,

A região administrativa de Ribeirão Preto é servida por uma extensa rede viária, composta de rodovias, estradas vicinais, ferrovia e aeroporto. A rede viária regional é articulada pela via Anhangüera - que faz a ligação com Campinas e São Paulo e prossegue para São Joaquim da Barra, Triângulo Mineiro e Brasília, possibilitando o acesso fácil a diferentes regiões do Estado e do país. A região administrativa de Ribeirão Preto possui forte ligação com o Estado de Minas Gerais, através das Rodovias Cândido Portinari e Faria Lima (SEADE, 2007).

No que se refere às condições territoriais e naturais da região, ela apresenta solos de terra roxa, em relevo plano ou suavemente ondulado, possuindo amplos vales fluviais. Esse relevo, juntamente com o solo e o clima, torna a região bastante propícia ao cultivo agrícola. Há grande potencial hídrico na região, pois cerca de 80% da água utilizada, para uso público ou em atividades produtivas, são captadas do Aquífero Guarani, que abrange os quatro países do Mercosul – Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil – e constitui-se um dos maiores reservatórios de água doce subterrânea do mundo (SEADE, 2007).

A região administrativa de Ribeirão Preto é composta, segundo os dados da Fundação SEADE, por 25 municípios: Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guataparã, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa do Viterbo, Santo Antonio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho e Taquaral. Com uma população total, conforme o levantamento de 2006 feito pela Fundação SEADE, de 1.162.794 habitantes, a cidade de Ribeirão Preto se destaca com o maior número de habitantes, seguida por outros três municípios, Sertãozinho, Jaboticabal e Monte Alto.

A denominação da região como “Califórnia Brasileira” baseou-se fundamentalmente na atividade econômica, produção de riqueza e no seu alto PIB per capita para os padrões brasileiros. Ademais, convém destacar que a agricultura desenvolve-se em bases gerenciais e técnicas avançadas, tendo como principais produtos a cana-de-açúcar, o café beneficiado, a carne bovina e o amendoim. A base agrícola é diversificada, com destaque para a laranja, ovo, manga, cebola, leite e soja. A mecanização da colheita da cana-de-açúcar – além de reduzir a queima e a poluição – associada à modernização das usinas tem propiciado importantes ganhos de competitividade para as empresas da região. Além da produção de açúcar e álcool, ocorre um processo de diversificação produtiva nesse segmento, com a cana-de-açúcar sendo crescentemente utilizada para a geração

de energia elétrica e obtenção de outros derivados. Destacam-se, também, as pesquisas para a obtenção de diversos insumos a partir da cana como, por exemplo, plásticos e enzimas.

Mas as características da chamada “Califórnia Brasileira” não se resumem apenas às condições naturais e geográficas favoráveis às mais diversas atividades econômicas e produtivas com destaque para a agropecuária. Há que se considerar aí o amplo desenvolvimento das atividades comerciais, oriundas da própria dinâmica com que se estabeleceram as atividades econômicas na região, o que reforçou, em certa medida, uma desigualdade combinada no desenvolvimento das próprias cidades que integram a região administrativa de Ribeirão Preto. Assim, de acordo com Pires (2004, p.3),

A forte polarização observada em Ribeirão Preto na área comercial e de serviços deve-se às menores dimensões e renda média dos municípios circunvizinhos, incapazes de suportarem, por problemas de escala, certo conjunto de atividades produtivas. Tal fato acabou por carrear para Ribeirão Preto parcela significativa da demanda das pessoas de maior renda da região, propiciando maior densidade e complexidade ao setor terciário da cidade. A existência de uma boa estrutura viária colaborou nesse processo. Essa polarização decresceu em importância ao longo dos anos 1990 em função do crescimento populacional e de renda nas cidades vizinhas, viabilizando a instalação de shopping centers, lojas de departamento, oferta de serviços etc.

Nota-se, portanto, que o município de Ribeirão Preto concentra a maior parte das atividades ligadas ao comércio e setor de serviços³, no entanto, o parque industrial regional é sólido e variado. As principais atividades industriais beneficiam-se da proximidade da matéria-prima, como as usinas de açúcar e álcool; da proximidade do mercado consumidor, como a produção de bebidas, alimentos, papel, celulose, e as indústrias gráfica e metal-mecânica; ou da existência de mão-de-obra especializada e de institutos de pesquisa, como as indústrias farmacêutica, de biotecnologia e de equipamentos médicos, odontológicos e hospitalares. Vários segmentos industriais destacam-se, como os de equipamentos de alta precisão, invólucros para equipamentos eletrônicos, equipamentos eletroeletrônicos, plásticos biodegradáveis, tubos de PVC, etc (SEADE, 2007).

Se é verdade que Ribeirão Preto firma-se como o mais importante centro comercial e de serviços da região, convém perguntar: em que contexto histórico e econômico ela se desenvolveu? Qual a dinâmica histórica do desenvolvimento capitalista do agronegócio canavieiro na região de Ribeirão Preto e Sertãozinho-SP?

³ Assim, potencializada por um sistema viário eficiente e ramificado, a cidade de Ribeirão Preto é centro de uma vasta região, que, inclusive, extrapola os limites do território paulista. Com uma estrutura produtiva dinâmica e diversificada, altos níveis de renda, uma população crescente e cada vez mais urbanizada, Ribeirão Preto desenvolveu um moderno setor terciário, para atender a seu mercado consumidor diferenciado, constituindo-se um pólo de atração regional de comércio e de serviços, especialmente no que se refere às suas funções de saúde e educação. Por concentrar essas atividades, exerce grande atração sobre os municípios de seu entorno, dividindo, com alguns deles, funções urbanas (SEADE, 2007).

2) Contexto histórico do desenvolvimento do agronegócio na região

A região de Ribeirão Preto tem sua história socioeconômica, política e cultural baseada em três aspectos interligados que correspondem, em certa medida, à formação social da região desde meados do século XIX. Cabe destacar nesse processo: 1) o ciclo do café que marca a formação histórica e econômica da região; 2) com a crise do café nos anos 1930, a diversificação da agricultura com a produção de milho, amendoim, algodão, soja, café, feijão e cana-de-açúcar; 3) a consolidação da cana-de-açúcar como novo ciclo econômico que caracteriza o desenvolvimento recente da região. Portanto, num primeiro momento destaca-se o desenvolvimento da cultura do café, no final do século XIX, que, com a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1873, trouxe para a região o primeiro ciclo de expansão econômica até meados dos anos 1930. Assim, o café colocou a região como um dos centros de destaque agrícola no cenário estadual e nacional, o que fez surgir vários segmentos urbanos, uma importante agricultura mercantil de alimentos e matérias primas, a indústria, o comércio de importação e exportação, a intermediação financeira, o comércio atacadista e os serviços de apoio à produção (SEADE, 2007). Isso permitiu a dinamização das forças produtivas e das relações de produção, intensificando o capitalismo no campo.

Mas com a crise do café, a partir da década de 1930, profundas mudanças ocorreram na estrutura produtiva da agricultura da região, levando-a a um movimento de substituição de culturas e até mesmo de diversificação, o que colocou a região de Ribeirão Preto como uma das principais produtoras de matérias-primas para o parque industrial em expansão naquele momento de desenvolvimento histórico do Capitalismo Tardio brasileiro.

Dessa perspectiva vale acrescentar, de acordo com Ianni (2004), que a diversificação da produção agrícola não era apenas resultado das dificuldades da cafeicultura, mas tratava-se também da reorientação dos negócios e atividades nas fazendas de café. O que ocorreu entre 1880 e 1930, apesar do predomínio do café, na cidade de Sertãozinho-SP, por exemplo.

Vale lembrar que já no final do século XIX naquela cidade a cana-de-açúcar já era cultivada como forma de reorientação dos negócios da burguesia local, pois vários produtos da cana eram consumidos pela população local. Aliás, no documentário histórico escrito pelo historiador da cidade, Antônio Furlan Júnior, se destaca que, antes de 1900 no município de Sertãozinho-SP pequenas e esparsas plantações de cana eram aproveitadas pelas engenhocas que se limitavam a fabricar aguardente, rapadura e melado. Tanto é verdade que, segundo Ianni (2004, p.34),

Uma lei municipal de 27 de novembro de 1900 estabelece isenção de impostos à pessoa ou companhia que montasse um engenho central, para fabricar açúcar, álcool e aguardente. Na exposição de motivos, justifica-se a lei com os seguintes argumentos: **as terras do município de Sertãozinho prestam-se “admiravelmente à cultura da cana”**; “os lavradores amedrontados pela baixa do

café, empregavam suas atividades no cultivo da cana”; “a cana preserva-se da geada mais facilmente do que o café”. Em 1902, a maior plantação de cana foi realizada pelo coronel Francisco Schmidt. Dedicou-lhe 60 alqueires das suas terras. “Havia preparado a terra para plantar café, mas como houve naquele ano geada, preferiu iniciar a lavoura intensiva de cana” (grifos nossos).

Os primeiros engenhos centrais, com equipamentos importados da Inglaterra, que são instalados em Sertãozinho-SP são do final do século XIX. Ainda hoje existe na zona rural das imediações do município o primeiro Engenho Central⁴ cujas estruturas mecânicas, como as engrenagens, caldeiras e moendas foram importadas com a participação do capital estrangeiro. Ver a seguir Figura 1:

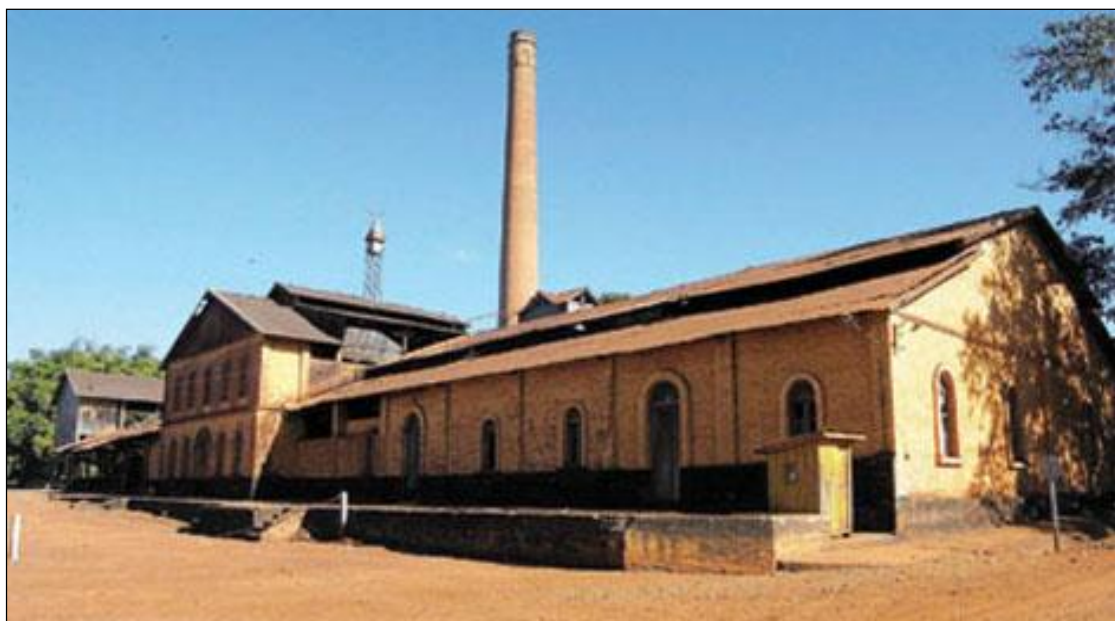


Figura 1: Vista do Engenho Central em Sertãozinho-SP.

Portanto, com a crise da cafeicultura, provocada pela superprodução dessa monocultura nas primeiras décadas do século XX, inicia-se na região o processo de diversificação da produção agrária, pois com o processo de urbanização, a incipiente industrialização, a expansão das burocracias governamentais e o conseqüente crescimento do mercado interno abriram-se novas possibilidades à instauração de um novo modelo de desenvolvimento econômico do capitalismo no Brasil.

⁴ Com a retomada e expansão do novo ciclo da cana e da ideologia do agronegócio na região está em andamento em Sertãozinho a revitalização das linhas férreas que ligam a antiga estação ferroviária da Mogiana em Sertãozinho ao Engenho Central, na fazenda Vassoural, em Pontal, onde se instalará o Museu Nacional da Cana. A proposta da prefeitura de Sertãozinho é instalar o “trem da cana” e colocar a cidade no circuito de turismo paulista por meio do projeto “Caminhos da Cana” que contará, segundo o Secretário da Indústria e Comércio de Sertãozinho, Marcelo Pelegrini, além de viagem passando por Sertãozinho, Pontal e Pitangueiras, com área de alimentação e lazer ao longo do percurso. É o agronegócio canavieiro, por meio de seus representantes e políticos garantindo não apenas a exploração do trabalho e degradação do meio ambiente, mas também a administração e controle da vida e lazer das pessoas que habitam a região, ideologicamente denominada de Califórnia Brasileira.

Dessa forma, ao romper a hegemonia da monocultura cafeeira em Sertãozinho-SP, desenvolveram-se na cidade as culturas algodoeira e açucareira, além de outras. Ou seja, um processo de reorganização produtiva alavancado pela alteração das forças produtivas em curso na região. Com isso,

[...] rompia-se e rearranjava-se a estrutura fundiária, cuja concentração a cafeicultura havia intensificado. Ao mesmo tempo, surgiram e desenvolveram-se outras atividades produtoras, no campo e na cidade. As crises da cafeicultura provocaram, assim, o rearranjo e o desenvolvimento das forças produtivas (IANNI, 2004, p.36).

Ou seja,

[...] a instalação das agroindústrias imprimiu um caráter empresarial às propriedades agrícolas e impulsionou o plantio em larga escala de produtos tais como a cana, soja, laranja, café, milho, algodão e amendoim. Essas culturas, ao longo do tempo, foram sendo substituídas conforme as oscilações do mercado: melhores preços, menores riscos para a produção, maiores possibilidades de mecanização e, logicamente, menor necessidade de força de trabalho (SCOPINHO; VALARELLI, 1995, p. 22).

Todavia, apesar da diversificação da produção agrícola embasada no cultivo do milho, do algodão, do feijão e outros, foi a cana-de-açúcar que a partir de 1944 tornou-se o principal produto cultivado nas terras da região, ultrapassando o café em área plantada. É nesse período, portanto, que o município de Sertãozinho-SP se destaca na região de Ribeirão Preto, pois nos anos 40 as atividades relacionadas direta ou indiretamente à cana-de-açúcar tornaram-se cada vez mais importantes no conjunto da economia e sociedade do agronegócio canavieiro em Sertãozinho-SP.

Com efeito, alteram-se a estrutura fundiária e produtiva da cidade na medida em que se estabelece uma nova monocultura. Em decorrência disso, para atender ao novo conjunto da economia local, instaura-se na região o complexo agroindustrial canavieiro, fundado sobre novas formas de organização social e técnica das forças produtivas e das relações de trabalho. Em outras palavras, é possível dizer que “a desestruturação das formas tradicionais de produção agrícola”, causada pela crise da cafeicultura e pela emergência da policultura de matérias-primas industriais, “deflagrou a crise do sistema de colonato, gerando desemprego” (STOLCKE, 1986; SCOPINHO; VALARELLI, 1995), mas liberando – ao mesmo tempo – trabalhadores “livres como pássaros” para as indústrias nascentes na região. É o processo de proletarização da força de trabalho em curso. Assim:

Uma parte do antigo colonato permaneceu no campo desempenhando outras atividades, a maioria na condição de camarada, ou seja, com residência fixa na propriedade, mas sem direito à agricultura de subsistência, pois as novas formas de utilização da terra já não a permitiam. A outra parte migrou para as cidades,

buscando melhores ocupações na indústria ou trabalhando como volantes (SCOPINHO; VALARELLI, 1995, p.22-23).

Com isso, desenvolveu-se a composição orgânica do capital e a divisão do trabalho. Assim, diante da expansão da agroindústria canavieira, cresceu continuamente o capital investido em máquinas e equipamentos e reduziu-se relativamente o montante de capital aplicado na compra da força de trabalho. Desde que a agroindústria açucareira tornou-se preeminente no mundo agrário de Sertãozinho-SP e região de Ribeirão Preto, “modificaram-se substantivamente as relações de interdependência e antagonismo entre campo e cidade, a agricultura e a indústria, os operários e os burgueses” (IANNI, 2004, p.40). Dentre os fatores conjunturais que podem ser destacados a propósito das modificações nas relações de produção, assinalamos, conforme Scopinho e Valarelli (1995): a) a expansão da demanda de açúcar, tanto no mercado interno quanto no internacional; b) a regulamentação do preço da cana estabelecido pelo Estatuto da Lavoura Canavieira; c) as políticas de incremento à produção de açúcar estabelecidas pelo Instituto do Açúcar e Álcool; d) as políticas estatais de racionalização do campo através do Sistema Nacional de Crédito Rural, e a legislação trabalhista.

Portanto, isso mostra que após a segunda guerra mundial o setor sucroalcooleiro foi se consolidando na região de Ribeirão Preto a partir de um conjunto de fatores estruturais e conjunturais concernentes à história econômica da região. As mudanças mais gerais do setor vieram acompanhadas também de um conjunto de transformações na base da agricultura paulista, o que possibilitou que a cana se tornasse uma cultura produtiva dominante e rentável, de acordo com a lógica capitalista de produção (SCOPINHO; VALARELLI, 1995).

Com isso, podemos dizer que com a crise do café e o surgimento do complexo agroindustrial canavieiro, a cidade de Sertãozinho-SP foi pioneira na reestruturação e inovação de culturas produtivas. Assim, ela se ajustou às transformações que vinham sendo processadas na economia do país, especialmente a partir da implantação do novo padrão de acumulação capitalista, assentado no desenvolvimento da indústria pesada (de bens de capital). Nesse sentido, uma nova composição da força de trabalho se define a partir da implantação de indústrias metalúrgicas e mecânicas, produtoras de máquinas e equipamentos (bens de capital), visando ao atendimento do setor sucroalcooleiro. Ao crescer a importância das máquinas e equipamentos em atividades produtivas relacionadas à agroindústria, desenvolveu-se na cidade a divisão social do trabalho baseada no Complexo Agroindustrial Canavieiro.

Nesse período, Sertãozinho-SP experimentou profundas mudanças sociais e econômicas advindas da nova etapa da expansão capitalista no Brasil, pois já se despontava no cenário nacional, como a “capital do açúcar e álcool”. Assim: 1) a estrutura judiciária do município se modificou, tendo ocorrido certa concentração de propriedade; 2) a pequena e a média burguesia

agrária foram associadas, absorvidas ou subjugadas aos interesses do capital agroindustrial, comandado pelos usineiros; 3) a usina se impôs como uma categoria político-econômica nova e poderosa, no campo e na cidade; 4) criou-se em Sertãozinho-SP um setor industrial bastante ligado à agroindústria açucareira, para produzir e reparar máquinas e equipamentos (...) sua criação está evidentemente ligada às exigências tecnológicas da agroindústria; 5) as mudanças ocorridas na combinação e dinâmica das forças produtivas, bem como as modificações nas relações de produção, provocaram o desenvolvimento do “proletariado rural” e inclusive a modificação de sua composição interna. Cresceu progressivamente o contingente de assalariados temporários e residentes nas periferias da cidade de Sertãozinho-SP; 6) devido às peculiaridades econômico-sociais e políticas da agroindústria açucareira, vista em perspectiva nacional e regional, a ação estatal tornou-se imprescindível em todos os principais momentos das relações de produção. (IANNI, 2004, p.40-41).

Portanto, nesse quadro delineado por Octávio Ianni acerca das transformações que se processaram na cidade de Sertãozinho-SP durante os anos 40, 50 e 60, impulsionado pela expansão da agroindústria canavieira e pela implantação do parque industrial nacional, é possível perceber que houve um novo impulso no que se refere ao desenvolvimento econômico capitalista do município de Sertãozinho-SP e região de Ribeirão Preto a partir do agronegócio canavieiro. Isso porque:

Além das demandas econômico-financeiras que o campo normalmente pode fazer à cidade, os setores secundário e terciário desenvolveram-se também um pouco sob os estímulos e as flutuações dos movimentos sazonais da economia açucareira. O tempo da agroindústria canavieira, comandado pelo movimento das épocas de safra e entressafra, confere um pouco do seu andamento à vida da cidade de Sertãozinho. A época da safra é a época do pleno emprego. **As estradas e os caminhos tornam-se mais movimentados. Chegam operários de fora, de outros municípios e Estados, para trabalhar no corte da cana ou na usina** (IANNI, 2004, p.44; grifos nossos)

Em outras palavras, significa que o desenvolvimento da agroindústria canavieira na região reestruturou o modo de vida e organização do trabalho na medida em que deslocou parcelas significativas da população do campo para a cidade. Assim, além da expulsão do campo pela expansão de processos mecanizados de trabalho, característica inerente ao desenvolvimento do agronegócio canavieiro até hoje, verificamos também o aumento paulatino da população urbana sertaneza, decorrente da transferência para fora das terras das usinas e dos canaviais de uma parte significativa da força de trabalho permanente e temporária antes ocupada no interior das usinas, isto é, nas colônias. O que levou Ianni (2004, p.45) a concluir no início dos anos 1970 que,

[...] à medida que se expande o mundo urbano de Sertãozinho, também urbaniza-se o mundo rural. Foi a agroindústria açucareira que tornou bastante urbanizados as relações sociais, os valores e os padrões de pensamento e comportamento nos canaviais e nas usinas.

A partir daí constituiu-se, por diversos mecanismos ideológicos, a mentalidade de que há uma vocação e um “espírito empreendedor” dos sertanezinhos para atividades ligadas à agroindústria canvieira, tendo em vista que, atualmente, a cidade dispõe não apenas de diversas usinas e destilarias instaladas em suas redondezas, mas também porque é a cidade da região de Ribeirão Preto, relativamente, mais industrializada, com cerca de 90% do seu parque industrial especializado na construção e manutenção de usinas e destilarias de açúcar e álcool. Mas a que isto se deve? Por que Sertãozinho-SP é ainda hoje considerada a capital industrial do agronegócio canvieiro?

3) Origem do capital industrial em Sertãozinho-SP: o caso da Zanini S.A Equipamentos Pesados

Para problematizar a suposta mentalidade de que há uma vocação e um “espírito empreendedor” sertanezino é preciso recuperar o contexto mais importante da história recente que marca o desenvolvimento industrial de Sertãozinho-SP. Portanto, trata-se de entender e revelar qual o lugar da Zanini – maior empresa de bens de capital que a cidade já teve – no processo de desenvolvimento recente das relações capitalistas de produção. Nesse sentido podemos afirmar que, na trajetória histórica e econômica da Zanini, se fundem:

[...] histórias particulares de imigrantes e seus descendentes, colonos, carroceiros, oleiros, carpinteiros, fazendeiros, usineiros – e trabalhadores –, as quais o tempo se encarregaria de diluir e mesmo reescrever, em função de uma História que, não importa quem a conte, só tem sentido quando escrita e entendida na linguagem dos interesses e da lógica da acumulação de capital (MICELI, 1984, p.57).

Na fusão dessas histórias é que nasce e se desenvolve a Oficina Zanini nos anos 1950 [ver Figura 2.], instaurando uma das mais poderosas empresas de capital monopolista do setor metalúrgico no Estado de São Paulo. Fundada por uma sociedade formalizada entre Ettore Zanini, caldeireiro de uma pequena oficina metalúrgica, e Maurílio Biagi, sócio-gerente da Usina Santa Elisa S/A, a Zanini só nasceu por causa das necessidades geradas pela agroindústria canvieira⁵, da

⁵ A ideia de Maurílio Biagi à época era fazer frente à M. Dedini S/A Metalúrgica, porque ela era a única e principal fornecedora de bens de capital para a agroindústria canvieira da região, pois, segundo Miceli (1984, p.60), “quando a Oficina foi instalada, sua principal concorrente na produção de equipamentos para açúcar e álcool – a M. Dedini, de Piracicaba (SP) – já se firmara como a empresa de maior importância no setor, desde a década de 1930, e a intensão de reduzir essa primazia também explica o rápido crescimento da Zanini”.

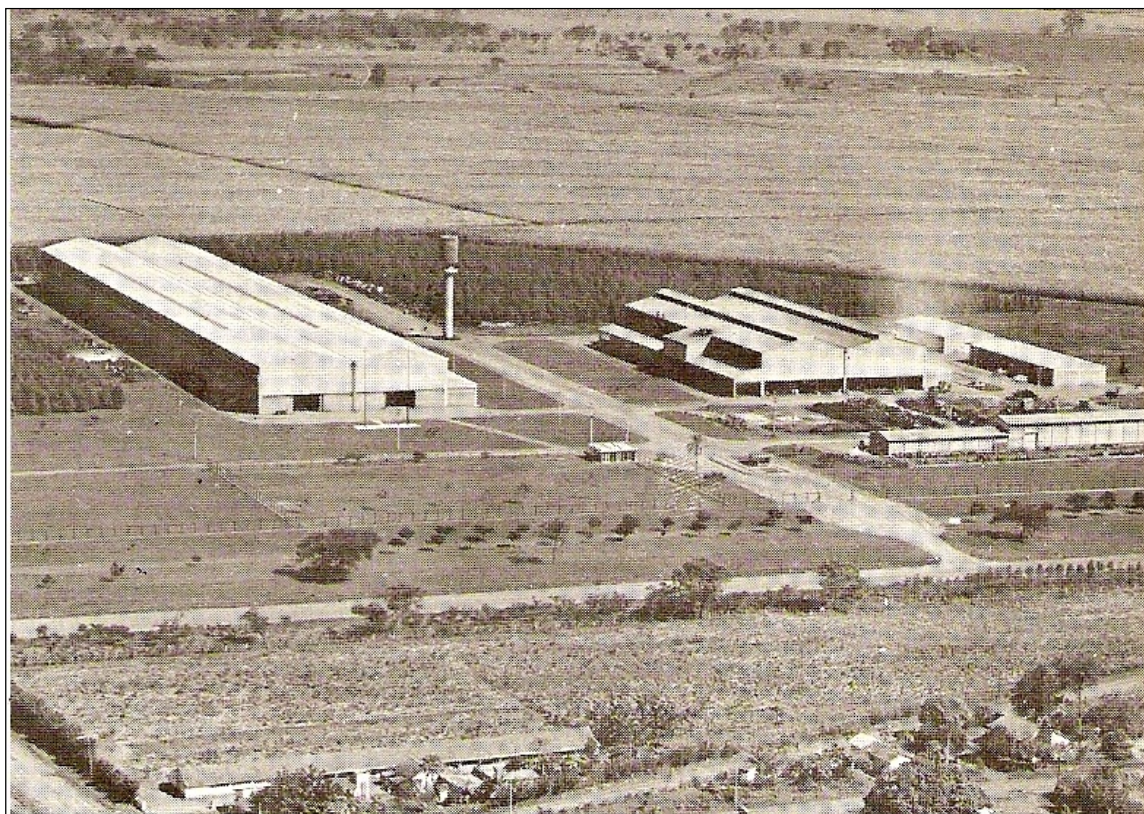
qual um dos sócios não só fazia parte, como era um dos seus principais expoentes. A Oficina nasceu então em 1º de Agosto com seis operários, em um galpão localizado próximo ao centro da cidade. Suas atividades concentravam-se basicamente em caldeiraria, serralheria, oficina mecânica em geral e todos os ramos da atividade metalúrgica.



Vista aérea da primeira instalação da Zanini

Figura 2.

Desde a sua fundação, para fazer concorrência à M.Dedini S/A Metalúrgica de Piracicaba, a Zanini cresceu intensamente, impulsionada pela demanda gerada a partir da expansão do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP. Seu desenvolvimento se deu principalmente nas décadas de 60 e 70, quando a empresa, além de se tornar uma Sociedade Anônima, inicia seu processo de expansão monopolista, cujo objetivo era tornar-se capaz de fornecer, sozinha, “todos os equipamentos para usinas de açúcar completas”. Desse modo, tem-se o início já em 1962, com o financiamento do BNDE à época, o primeiro plano de expansão da Zanini [ver Figura 3.] para uma área na periferia da cidade de 250 mil m². Trata-se, portanto, da primeira fase de modernização industrial da empresa, exigida pela nova fase de expansão capitalista no Brasil.



Vista aérea da Zanini, 1962

Figura 3.

Assim, entre 1961 e 1972, ao expandir⁶ significativamente seu capital com uma estrutura de mais de 25 mil metros quadrados e com um quadro de funcionários que passa, nos anos 1960 de 195 para 867 trabalhadores no início dos anos 1970, a empresa completa o seu segundo plano de expansão, financiado pela ditadura civil-militar [ver Figura 4.]. Desse modo, ela se tornou o carro chefe do setor metalúrgico na cidade, assim como também assumiu grande importância nas economias regionais e do Estado de São Paulo.

⁶ A expansão pela qual passou a Zanini no início dos anos 60 só foi possível graças a um financiamento feito junto ao BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) para a conclusão das novas instalações, embora seus empresários já tivessem decidido começar a obra muito antes dos recursos serem liberados pela instituição (HASSE, 1996).

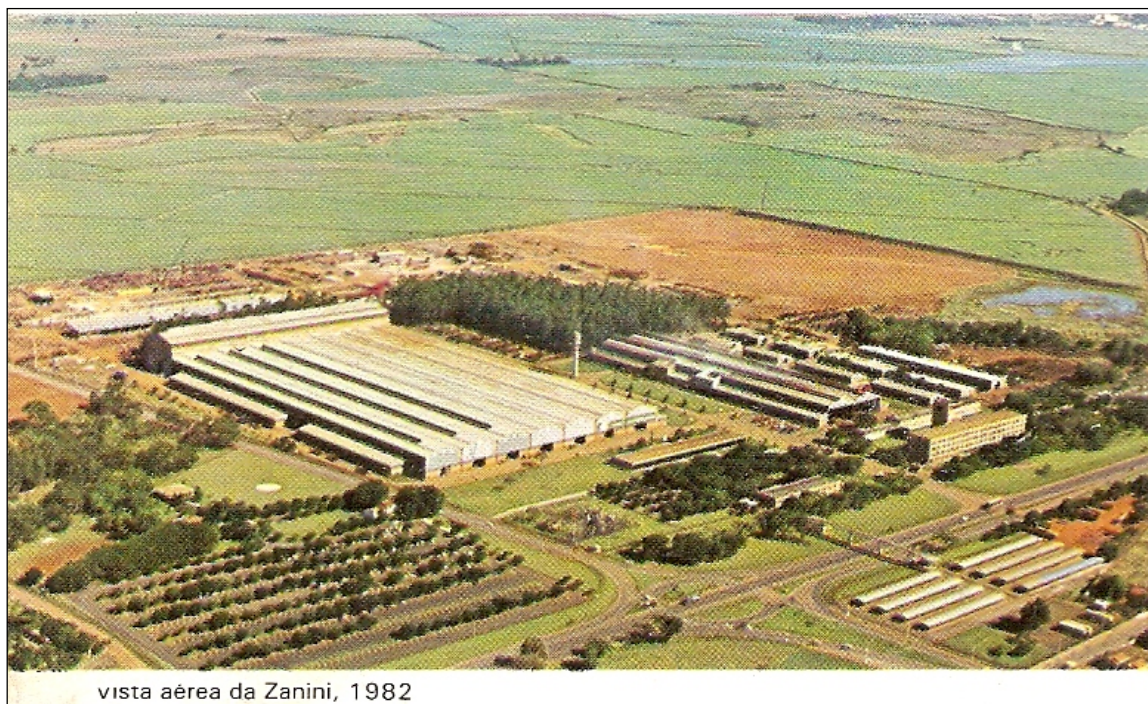


Figura 4.

Nesse período, a Zanini constituiu-se numa grande Sociedade Anônima, de capital aberto, com estrutura equipada e capacitada para atender a todas as necessidades e demandas de máquinas e equipamentos para o setor sucroalcooleiro. Assim, ela adquiriu as proporções de uma “empresa gigante”⁷. Para isso, modernizou seu parque industrial, implantando novos processos produtivos, adquirindo licenças de fabricação, formando consórcios internacionais, comprando firmas menores e organizando *joint-ventures*⁸ (CHIMANOVITCH, 1982).

Com essa estrutura, a Zanini constituiu-se em uma das maiores empresas de bens de capital nos anos 70. Tanto que seu grande impulso colocou a cidade de Sertãozinho-SP no centro econômico da região de Ribeirão Preto. Isso se deu durante os anos 1970 com a criação do Proálcool (Programa Nacional do Álcool) em resposta à crise mundial do petróleo em 1973. Criado em outubro e decretado em novembro de 1975 pelo Decreto Lei N° 76.593, o Proálcool alavancou

⁷ A ascensão da Zanini como sociedade anônima de caráter monopolista significa a substituição do capitalista individual pelo capitalista da sociedade anônima que é constituída por um grupo de “dirigentes que estão entre os maiores donos; e, devido às posições estratégicas que ocupam, funcionam como os protetores e porta-vozes de toda a propriedade em grande escala” (BARAN, P; SWEEZY, P. 1966). Nesse sentido, sua característica principal é a existência de controle centralizado nas mãos de um grupo de diretores que se auto-perpetua na busca de atingir uma independência financeira através da criação interna de fundos que permanecem à disposição da administração (BARAN; SWEEZY, 1966).

⁸ Podemos dizer, com isso, que a Zanini realizou o processo de concentração e “centralização de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores” (MARX, 1985, p.196). Assim, com mais de 5 (cinco) mil trabalhadores, no início dos anos 1980, ela assumiu a característica de uma empresa metalúrgica de “capital monopolista” (BARAN; SWEEZY, 1966; BRAVERMAN, 1987) equipada com fundição, caldeiraria e mecânica, que fabricava todo o equipamento necessário à indústria açucareira, assim como pontes rolantes, máquinas para transformação de lixo em adubo orgânico, redutores de velocidade de alto porte, peças para a indústria petroquímica, de papel e celulose, de cimento, de fundição de aço, ferro e bronze, etc. (CHIMANOVITCH, 1982).

a economia de Sertãozinho-SP e região de Ribeirão Preto – SP, uma região de economia exclusivamente baseada na agroindústria cuja cultura produtiva era (e continua sendo) fundamentalmente a cana-de-açúcar, uma vez que, já possuía, historicamente, uma infraestrutura sucroalcooleira inteiramente desenvolvida para assumir o compromisso de suprir parte das demandas geradas pelo programa⁹.

Portanto, é nesse momento de auge¹⁰ da indústria de bens de capital e da agroindústria canavieira que o setor metalúrgico sertanezinho expandiu-se. Sendo a Zanini a representante mais expressiva do setor, ela consolidou um dos maiores grupos financeiro-industriais do Estado de São Paulo, que ficou reconhecido, inclusive internacionalmente, como **Grupo Zanini**¹¹. Seu conglomerado empresarial era administrado pela família Biagi – majoritária das ações do grupo – e detinha aglutinado um número de 24 empresas situadas na região de Ribeirão Preto e na grande São Paulo, atuantes nos mais diferentes ramos da produção industrial brasileira. Esse grupo comandado por três das principais empresas da família Biagi, a Usina Santa Elisa, Refrescos Ipiranga e Zanini S/A Equipamentos Pesados, formou, durante muito tempo, um dos maiores grupos financeiro-industrial do país.

Contudo, ao longo dos anos 1980, em razão de um conjunto de fatores que se abateram sobre a economia e política brasileira daquele período, a empresa começa a apresentar sinais de esgotamento. A partir de 1985, com a desaceleração do Proálcool, ela mergulhou numa crise financeira sem precedentes em sua história. Esta crise pode ser associada a um conjunto de problemas macro e microeconômicos determinantes, mas no caso da Zanini, um fator em particular é de suma importância para a compreensão de sua crise e desestruturação, isto é, a especialização de sua infraestrutura produtiva para atender o mercado de açúcar e álcool, que se expandiu durante a vigência do Proálcool, mas que tão logo se desregulamentou provocou uma crise generalizada em toda a cadeia produtiva das indústrias metalúrgicas e de bens de capital, o que atingiu a economia do agronegócio sertanezinho em cheio.

Isso quer dizer, portanto, que desde sua origem, em 1975, o Proálcool trouxe consigo a dependência dos setores (agroindustrial canavieiro e de bens de capital) em relação ao Estado, de

⁹ Atualmente a região de Ribeirão Preto é responsável por cerca de 30% da produção de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo.

¹⁰ O auge do Grupo Zanini se deu quando a AKZ Turbinas S/A (uma de suas representantes) juntamente com a AEG-Kanis, do Grupo Telefunken da Alemanha tornaram-se responsáveis pela fabricação de 20 turbinas auxiliares do sistema de bombeamento do gasoduto siberiano construído em 1982 na União Soviética. De acordo com a revista Senhor/77 “a encomenda das turbinas, no valor de 700 mil marcos (pouco mais de 53 milhões de cruzeiros), foi repassado a AKZ pela AEG-Kanis que ganhou parte da concorrência para o fornecimento de equipamentos para a construção do gasoduto soviético” (CHIMANOVITCH, 1982, p.48).

¹¹ As empresas que formaram o Grupo Zanini, espalhadas por todo o Estado de São Paulo, são: “a Sermatec (Montagem Industrial), Renk-Zanini (Redutores), AKZ-Turbinas (Turbinas a vapor), Zanini-Foster Wheeler (Serv. Engenharia), Zanini Engenharia (Eng. Civil), Meppam (Caldeiraria), Zanini Internacional (Trading), Zanini Com. (Comércio), Zanini (Equipamentos Pesados), Santa Elisa (Açúcar e Álcool), Case (Agricultura), Refr. Ipiranga (Refrigerantes), Transrube (Transportes), Agropec. S. José (Agricultura), Debrasa (Destil. Álcool), Lagoa da Serra (Inseminação), Nova Aliança (Agricultura), Vale do Rosário (Açúcar e Álcool), Repasse (Distribuidora), Sev. Açúcar e Álcool (Com. Atacadista), Destilaria “MB” (Destil. Álcool), Etelco (Mat. Eletr. Eletrônicos), Demol (Destil. Álcool), Agrotur (Agricultura)” (CHIMANOVITCH, 1982, p.51).

modo que a crise financeira deste abalou as estruturas produtivas daqueles. Desse modo, com a crise dos anos 1980 e a conseqüente redução dos investimentos estatais, as indústrias de bens de capital mergulharam numa grave crise econômica.

Por essa razão, os anos seguintes a 1985 (ante-sala da reestruturação produtiva), período em que se iniciou a desregulamentação do Programa Nacional do Alcool, foram terríveis para os trabalhadores dessas indústrias. Porque diante da situação econômica desfavorável nos anos de 1980, elas passaram a adotar medidas restritivas em relação a produção. Em outras palavras, isso significou para os trabalhadores metalúrgicos sertanezinhos desemprego em massa e precarização das condições de trabalho como parte das estratégias e práticas de gestão adotadas pela empresa para reduzir custos e garantir, apesar da crise, os lucros do capital. Paralelamente a isso, assistiu-se, durante os primeiros anos da década de 1990, a um conjunto de mudanças estratégicas operadas por essas indústrias para se adaptarem às novas determinações do mercado impostas pela abertura da economia nacional ao mercado mundial. Para tanto, buscaram novas técnicas de gestão e organização do trabalho que, aliadas às novas tecnologias produtivas, instauraram um novo padrão de acumulação para essas empresas industriais¹².

Embora se destaque a desregulamentação do Proálcool como um dos fatores determinantes da crise que atingiu a Zanini durante a segunda metade da década de 1980 e início dos anos 1990, não se pode desconsiderar as estratégias empresariais (conservadoras) ao longo do período de vigência do Programa, pois é possível notar uma administração ancorada nos modelos de gestão verticalizados que caracterizaram o padrão fordista de produção, isto é, modelos orientados para a produção em larga escala. Dessa forma, durante o período de vigência do Programa Nacional do Alcool, a empresa apostou todas as suas fichas no setor sucroalcooleiro, especializando-se na produção de destilarias e usinas de açúcar e álcool.

Embora a conjuntura econômica fosse desfavorável às indústrias de bens de capital num contexto de desaceleração do Proálcool, não podemos descartar outros fatores internos à empresa que contribuíram para sua decadência, já que a década de 1980 representou, ainda que de maneira restrita, o início do processo de reestruturação capitalista no Brasil, entendido como forma de sobrevivência das empresas no mercado em que atuam. Isso permite dizer que as estratégias adotadas pela Zanini naquele período já não eram compatíveis com o novo padrão de acumulação flexível que passou a vigorar no mundo desde os anos 1970.

Assim, considerando o tipo de indústria em que se constituiu a Zanini, com mais de 5 (cinco) mil trabalhadores, organizados e administrados verticalmente conforme o modelo de gestão e

¹² A conseqüência disso para os trabalhadores são inúmeras, mas se pode destacar algumas mais relevantes, como o desemprego e os impactos que ele gerou sobre a mobilização da classe trabalhadora nos anos de 1990. Além disso, também se pode citar a fragmentação da classe, imposta pelas novas formas de organização do trabalho que cooptam a subjetividade operária, desmobilizando-a politicamente e individualizando-a para a intensificação da exploração do trabalho em nome do capital.

processo de trabalho taylorista/fordista; a desaceleração do Proálcool ocasionada pela crise econômica que inviabilizou a continuidade dos investimentos estatais; os problemas internos gerados pela má gestão da empresa, enfim, tudo isso, configura algumas das razões que se pode apontar sobre a crise que desestruturou a Zanini e as possíveis causas de sua reorganização produtiva nos anos 1990.

3) Crise e reestruturação produtiva: a fusão entre Zanini e Dedini nos anos 1990

A respeito da crise (e suas múltiplas determinações) que atingiu a Zanini na década de 80 e que foi a responsável por sua desestruturação durante os anos de 1990, pode-se afirmar, segundo informações pesquisadas em jornais locais da cidade, que a empresa, apesar de vinculada ao Proálcool de forma efetiva, já apresentava sinais de crise financeira desde 1983. Esta, segundo o jornal, foi crescendo e em 1986 a situação já era bastante difícil, atingindo em 1987, o seu ápice, fechando o ano com um prejuízo de aproximadamente US\$ 40 milhões de dólares (MOMENTO ATUAL, 1989).

Segundo a análise e explicação dada ao jornal pelo então diretor administrativo e financeiro da empresa, Aristides Ferraz Marcondes de Souza, “uma das razões pré-falimentar a que chegou a empresa foi sua exagerada participação no Proálcool, auxiliada por diversos problemas administrativos” (MOMENTO ATUAL, 1989). Por essa razão, muitas mudanças foram operadas não só no quadro administrativo, mas também produtivo, principalmente no que se refere às atividades ligadas ao álcool. Dessa maneira, a Zanini foi se alterando e se reestruturando na medida em que se revitalizava das crises recorrentes que haviam lhe atingido¹³. Por meio de contratos de tecnologia, a empresa passou a explorar outros setores do mercado antes abandonados em função do Proálcool. Portanto, a Zanini diversificou a produção – para mineração, energia, papel e celulose, petroquímica e portos – como forma de sair da crise que a arrastava desde o início da década de 1980.

Conforme Aristides – diretor da empresa em 1987 – a Zanini é de um setor onde os investimentos de capitais são muito significativos, o que pode colocar tudo a perder, caso haja alguma crise econômica. Em geral, afirma o diretor, o bem de capital, que é o produto por excelência da Zanini representa “o termômetro das evoluções e involuções da economia”, porque se pode verificar um avanço ou retrocesso do setor, na medida em que a economia apresenta índices de

¹³ Nesse caso, cabe destacar que, de acordo com a pesquisa feita nos jornais da cidade nos anos 1980 havia naquela época uma preocupação com o Proálcool, em virtude das políticas desregulamentadoras que o governo brasileiro vinha implementando para o setor. Isso acarretou uma reação dos empresários da agroindústria e principalmente os do setor produtor de bens de capital, que reivindicavam a continuidade do programa e melhores subsídios, já que a situação econômica do setor não era das melhores. A desregulamentação do Proálcool representava, portanto, um golpe duro sobre as indústrias metalúrgicas, que passavam por uma crise aguda desde o início da década. Não surgiram alternativas. Com o fim do programa, as empresas foram obrigadas a se diversificarem e se reestruturarem se quisessem recuperar suas bases produtivas e seus padrões de acumulação.

crescimento ou de estagnação. Em outras palavras, a Zanini – por ser “fábrica de fábricas” – “cresce quando os seus clientes estão investindo em ampliações ou quando há o surgimento de novas unidades industriais”, por isso é possível sentir quando a economia está crescendo ou decrescendo (Momento atual, 1989).

Por conseguinte, dentre as inúmeras razões que podem ser elencadas para compor um quadro explicativo da desestruturação da Zanini, destaca-se a característica do setor de bens de capital como sendo um fator de instabilidade diante de uma economia em transformação. Já que a Zanini surgiu num momento de avanço da economia brasileira, que foi o período do “milagre econômico”, ela surgiu com uma estrutura de grande porte, mas inteiramente dependente e atrelada a um sistema econômico estável, onde havia um mínimo de planejamento, pois os seus produtos industrializados possuíam um ciclo de produção bastante longo, e isso numa economia instável representa uma vulnerabilidade econômica, que desmobiliza qualquer tentativa de acumulação e expansão do capital.

Para compreender esse contexto e a situação da empresa naquele momento, é importante destacar que, em 1989, a Zanini S/A contava com 2300 funcionários, que somados aos de suas empresas associadas chegava a mais de 4 mil trabalhadores. Isso sem considerar os empregos indiretos gerados por ela. Em março daquele ano, a CUT e a CGT organizaram uma greve nacional, que atingiu a região de Sertãozinho-SP, levando a grande maioria dos trabalhadores metalúrgicos a paralisarem suas atividades nas indústrias. Essa onda de manifestação grevista se alongou em Sertãozinho-SP até o ano seguinte em decorrência da situação que viviam os trabalhadores da Zanini. Desse modo, em junho e julho daquele ano, novas greves foram deflagradas na empresa por seus 2300 operários. As reivindicações do movimento grevista eram por melhores condições de trabalho e reajuste salarial. Elas foram aceitas pelo patronato, porém, com alguns prejuízos para os grevistas. Afinal, após o período das manifestações, o saldo foi de um quadro recessivo e demissão de mais de 220 trabalhadores.

Diante disso, a situação da empresa se agravou na medida em que os anos de 1990 não apresentaram alternativas ao setor de bens de capital ora em crise, gerada pela recessão econômica, pois nesse momento, o neoliberalismo já havia se tornado a ideologia dominante com políticas de ajuste elaboradas e praticadas pelo então presidente eleito, Fernando Collor de Melo.

A situação não era favorável, embora o novo diretor administrativo Marcelo Nogueira acreditasse que não, e dissesse que as demissões não foram provocadas pela greve dos trabalhadores da Zanini naquele ano. Segundo ele, “o único e maior problema é a retração do setor de bens de capital que no mês de junho (1990), utilizou apenas 47,2% da capacidade instalada, o menor nível de toda a história”. Para Nogueira, naquela época, somente a retomada dos investimentos e o crescimento das vendas poderiam determinar a recuperação das indústrias

fabricantes de equipamentos pesados. Todavia, num contexto de instabilidade econômica e ajuste neoliberal, estas medidas jamais se concretizariam. Por isso, destaca o diretor, “a Zanini tentou todas as alternativas antes de iniciar o processo de demissões”. Várias medidas foram tomadas, como a redução em 25% nos salários e na jornada de trabalho. Porém, ambas foram fracassadas. Como o setor de bens de capital não apresentou sinais de recuperação, então a Zanini ficou sem condições de manter o mesmo quadro de pessoal. O processo de demissão em massa foi inevitável para o diretor administrativo da empresa.

Assim, a conjuntura econômica da época desestabilizou a então poderosa Zanini, levando-a a buscar no desemprego em massa de trabalhadores a saída para seus problemas. É o que ressaltou o jornal “Momento Atual” de janeiro de 1991. Segundo as notícias daquela época, ocorria na cidade um pacto municipal entre trabalhadores (representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos), empresários (pelo Centro das Indústrias de Sertãozinho – CEISE) e poder público (executivo e legislativo municipais) para traçar, em conjunto, medidas e políticas que pudessem amenizar a situação da crise vivenciada pela cidade e suas indústrias no contexto da conjuntura econômica do início dos anos 1990. Em uma das reuniões desse pacto municipal que havia sido marcada com urgência em função de uma greve decretada pelos dirigentes sindicais, o presidente da Zanini, Maurílio Biagi Filho, afirmou veementemente, “estamos trabalhando para adequar nosso quadro de colaboradores à realidade da empresa”. Em outras palavras significou o anúncio de novas demissões como forma de pressionar o Sindicato a ceder durante as negociações do pacto municipal. Segundo o jornal, o número de demitidos poderia chegar a 250 trabalhadores.

Portanto, nesse quadro de contradições e transformações econômicas, sociais e políticas pelas quais a Zanini vinha se desestruturando, a empresa passou a ser um negócio inviável para seus empresários. A saída encontrada por seus gestores foi atender às novas exigências impostas pela lógica da concorrência de um novo padrão de acumulação flexível de capital, que já vinha se desenhando no Brasil desde meados dos anos 1980, mas que ganhou força somente nos anos 1990 com as políticas neoliberais de abertura comercial e novos padrões de produção e qualidade, exigidos pelo mercado mundial.

Nesse sentido, diante dos sinais de crise e esgotamento, experimentados pela empresa desde meados dos anos de 1980, surgiu a possibilidade na década de 90 de realizar a fusão com a M. Dedini Metalúrgica de Piracicaba-SP que, por causa da crise enfrentada pelo setor de bens de capital, também se encontrava em condições economicamente instáveis.

Dessa forma, visando a sobrevivência no mercado nacional, bem como a possibilidade – diante da abertura comercial – de novos negócios, as duas empresas (Zanini e Dedini) realizaram em fevereiro de 1992 a fusão entre seus capitais e ações, da qual surgiu uma nova empresa, a DZ S/A. Engenharia, Equipamentos e Sistemas.

Com a fusão inicia-se, portanto, o processo de reorganização do capital industrial na cidade de Sertãozinho-SP, visando atender as exigências no novo padrão de acumulação flexível. Pois, segundo o que a imprensa noticiava na época, o objetivo da DZ S/A com a fusão das empresas é proceder à complementação de um processo de reestruturação já iniciado tanto na Dedini como na Zanini. Dessa forma, a nova empresa não foge das novas políticas de ajuste neoliberal que passam a vigorar no Brasil nos anos 1990. O tom dos discursos é marcado pela nova capacidade competitiva, já que a DZ pode agora penetrar e conquistar mercados externos de elevada sofisticação tecnológica e grande significado econômico.

Nesse sentido, a nova empresa nascida da fusão entre Zanini e Dedini tinha como premissa fundamental a competitividade, característica imprescindível para a nova configuração da economia mundial, segundo a ideologia neoliberal. Nota-se, portanto, que a DZ S/A. se constitui num contexto de transformação e adaptação das indústrias de bens de capital à nova lógica do mercado.

Portanto, a nova empresa caracterizava-se pela flexibilidade e diversidade produtiva, marcas registradas da configuração do novo padrão de acumulação do capital. Assim, sua constituição esteve, desde o início, orientada para o mercado, de tal forma que seus produtos surgem vinculados às necessidades geradas pela lógica mercantil num quadro de possibilidades de atuações da nova companhia. No que diz respeito ao mercado nacional, a DZ estaria, segundo o comunicado enviado aos operários, voltada à produção de plantas completas para usinas de açúcar e destilarias de álcool, pequenas termelétricas, aciarias, sistemas de geração de vapor, sistemas de recuperação de calor, sistema de injeção de gases em conversores, sistemas de controle de poluição ambiental, sistemas de tratamento de efluentes industriais e resíduos urbanos e sistemas destinados ao manuseio de cargas. Ademais, a linha de produtos incluirá também equipamentos, peças de reposição, reformas, melhoramentos e assistência técnica para setores como: açúcar e álcool, siderurgia, celulose e papel, cimento, mineração, química, petroquímica e outros. Dito de outro modo, após a fusão, a DZ ampliou significativamente seu horizonte de atuação, tendo por base a política de uma empresa enxuta e flexível.

Além disso, um dos objetivos da nova empresa também era a conquista do mercado externo. No plano internacional ela estaria voltada para produzir plantas completas ou equipamentos individualizados para usinas de açúcar e destilarias de álcool, peças fundidas, peças acabadas e equipamentos para usuários finais e produtores de bens de capital.

Dessa perspectiva de atuação nacional e internacional, a fusão entre duas grandes empresas do setor metalúrgico não representou, portanto, apenas uma mudança na configuração do setor de bens de capital face à crise vivenciada desde a década de 80 com a desregulamentação do Proálcool, mas uma nova formatação desse setor frente às exigências do mercado internacional. Com isso, visando a atender o padrão de acumulação flexível, não apenas a produção da nova

empresa deveria se adequar às novas determinações do sistema, mas também a forma de gestão. Assim, o corpo administrativo, encarregado de operar e processar as mudanças produtivas e organizacionais necessárias à nova empresa foi constituído, visando a implantação de novos métodos produtivos (flexíveis), bem como novas formas de gestão (participativas).

Em jornal de divulgação interna à empresa, intitulado “DZ notícias”(1993), foi apresentado aos trabalhadores, os novos e principais gestores responsáveis pela condução da nova empresa. Eles foram caracterizados principalmente por suas afinidades e habilidades administrativas relacionadas aos modelos de gestão flexíveis e reestruturação produtiva.

Um dos novos gestores da empresa foi apresentado como entusiasta pelo modelo japonês de produção, para o qual a melhoria de resultados provém, principalmente, de uma redução racional das perdas e eliminação de desperdícios. Produto de uma conscientização individual de cada funcionário em produzir melhor e com maior qualidade, o modelo japonês, segundo o novo diretor da empresa, “coloca como maior produto a satisfação completa do cliente”.

Em apresentação de outro dirigente foi enfatizado pelo jornal o seu interesse pela “implementação de medidas utilizadas por empresas europeias” no que se refere à “aplicação de métodos racionalizadores do espaço”, para aproveitá-lo da melhor forma possível com o objetivo de “fazer as mesmas atividades num espaço menor”. Em outras palavras, tratava-se da busca por uma empresa mais enxuta e organizada segundo os modelos de racionalização econômica, japoneses e europeus.

Tais modelos de reestruturação produtiva, que foram apresentados com entusiasmo pelos gestores da nova empresa, não ficaram apenas no plano das ideias. Eles foram pensados, elaborados e implantados na reestruturação. A primeira estratégia do novo corpo de gestores da DZ S/A. foi adequar os trabalhadores à nova realidade da empresa, o que significou redução do quadro de funcionários diante das novas práticas administrativas, impactando terrivelmente os trabalhadores.

Incomodados com as mudanças, os operários, organizados pela Comissão de Fábrica, manifestaram descontentamento com as novas medidas restritivas e gestão da empresa. Elaboraram um relatório no qual explicitavam suas indignações com a postura dos diretores da DZ. Neste relatório argumentam que foram enganados, expondo a contradição das novas formas de gestão implantadas pela empresa. Pois, se de um lado havia a exigência de um maior envolvimento dos operários com os objetivos da nova empresa, isto é, cooptar a subjetividade operária, fazendo com que os trabalhadores “vestissem a camisa da empresa”, por outro, havia o compromisso da DZ em melhorar as condições de trabalho; de não atrasar pagamentos de fornecedores e funcionários; nem demitir trabalhadores; mas nada disso foi cumprido pela empresa.

Por essa razão, os trabalhadores, via Comissão de Fábrica, levantaram dados e expuseram a verdadeira realidade da empresa, e quais os caminhos que ela estava tomando diante do quadro de expectativas geradas sobre os trabalhadores metalúrgicos de Sertãozinho-SP. Pode-se dizer, com isso, que eles não só identificaram os problemas da DZ, como também demonstraram que a fusão tornava-se inviável diante da situação da empresa. Porque, segundo o relatório, ela não apresentava de forma clara, principalmente no “*chão de fábrica*”, as funções e os cargos ocupados pela gerência da empresa acarretando, portanto, inúmeros problemas de ordem operacional, envolvendo operários do chão de fábrica, chefia e gerência¹⁴.

O relatório destaca ainda a presença de um “**comportamento pira**”. Era uma espécie de qualificação utilizada pelos trabalhadores para denominar a postura dos administradores da DZ em Sertãozinho-SP. Em outras palavras, tratava-se de uma discordância gerada em função de certo beneficiamento das instalações de Piracicaba em detrimento da fábrica sertanezina. Consta ainda que, embora a DZ se propusesse democrática, ouvindo e discutindo as saídas com os trabalhadores havia, não obstante, uma postura ditatorial que sufocava qualquer autonomia antes existente entre os departamentos da empresa. O que significava a existência, conforme o relatório, de um péssimo relacionamento das chefias e gerentes com as lideranças classistas, bem como aqueles presentes no interior da fábrica.

Enfim, a permanência da fusão entre Zanini e Dedini sob a forma de DZ S/A tornou-se inviável diante do quadro de problemas e contradições levantados pelos próprios trabalhadores a partir do relatório elaborado junto à Comissão de Fábrica. Em outras palavras, significa que a empresa não conseguiu esconder suas deficiências operacionais, financeiras e administrativas, comprometendo e dificultando a manutenção da fusão entre Zanini e Dedini.

Portanto, a fusão que tinha surgido como possibilidade de recuperação das duas empresas frente à crise do setor de bens de capital não vigorou, criando dificuldades ainda maiores, de modo que a única saída encontrada foi a cisão entre elas.

Assim, em 30 de janeiro de 1995, a DZ comunica a seus funcionários de que, “atendendo ao seu propósito de não mais atuar no setor de bens de capital, a Zanini S/A. Equipamentos Pesados retirou-se do quadro acionário da DZ”, formalizando a separação entre as duas empresas, porém com prejuízos enormes para a Zanini. “Como parte das negociações, a M. Dedini S/A. Metalúrgica e a Zanini S/A. Equipamentos Pesados formalizaram um acordo sobre um plano financeiro para redução do endividamento global da DZ”.

¹⁴ Segundo relatos dos trabalhadores, naquele momento de transição, gerada pela fusão entre as duas empresas, não se sabia quem de fato era o patrão, ou seja, quem efetivamente gerenciava a empresa e era responsável pelas decisões tomadas no interior da fábrica. Esse foi um dos motivos, segundo os depoimentos, das dificuldades da fusão que, provavelmente, contribuíram para a cisão entre as empresas, mas o fator principal é evidente que foi a falta de rentabilidade do negócio para a família Biagi. Por isso, romperam com a fusão.

Com a cisão entre as duas empresas, e a incorporação da Zanini pela Dedini tem-se o fim de um determinado padrão de acumulação de capital em Sertãozinho-SP e o surgimento de uma nova configuração da estrutura produtiva na cidade, atendendo às exigências do novo regime de acumulação flexível de capital. Sob o controle exclusivo da Dedini, a DZ S/A inaugura, portanto, um novo estágio da expansão do capital, porém, totalmente voltado para satisfazer, em outro contexto, as demandas do setor de bens de capital face à nova configuração do processo global de acumulação capitalista. A reorganização industrial que se iniciou a partir da desestruturação da Zanini e de sua incorporação pela Dedini trouxe consigo uma dinâmica diferenciada para a expansão do capital industrial concomitante ao desenvolvimento do setor sucroalcooleiro.

Apesar da crise e desestruturação de uma forma de organização capitalista, surge com a reestruturação um novo arranjo (organizacional e produtiva) para o setor de bens de capital nos anos 1990. Associada aos ajustes econômicos exigidos pela ideologia neoliberal, essa dinâmica do novo padrão de acumulação de capital consistiu em implantar um complexo de reestruturação produtiva que, apesar de se instaurar num contexto de crise econômica visando recuperar as bases reprodutivas do setor, impôs-se também como nova forma de controle sobre a classe operária no Brasil. Assim, ao mesmo tempo em que se buscou a reestruturação do setor de bens de capital, do qual o caso Zanini é exemplar, desmobilizou-se também a classe trabalhadora, impondo-lhe novas formas de subordinação ao sistema do capital. Estavam montadas, portanto, as estruturas de um novo cenário da expansão do agronegócio canavieiro na região de Ribeirão Preto e Sertãozinho-SP.

4) O novo ciclo de expansão e crise do agronegócio canavieiro no Brasil

Com a incorporação da Zanini pela Dedini e com a reestruturação industrial que se seguiu na cidade de Sertãozinho-SP após o declínio da sua mais importante empresa durante os anos 1970, 80 e 90, um novo cenário se abriu a partir do início dos anos 2000 com a emergência de mais um ciclo expansionista da agroindústria canavieira no Brasil. Desta forma, as empresas de Sertãozinho-SP, ligadas ao setor sucroalcooleiro, tiveram que se adaptar ao quadro das demandas internacionais do mercado que se abriu na década de 1990. Por isso que após a desestruturação da Zanini, um novo arranjo industrial se desenvolveu em Sertãozinho-SP, não mais fundado em grandes empresas com produção de escala fordista, mas sim organizadas segundo o novo padrão de acumulação flexível do capital, que se caracteriza pela produção enxuta e pela aplicação dos métodos de organização do trabalho típicas do modelo toyotista de gestão e produção. Assim, o setor metalúrgico sertanezino se viu atravessado por um crescimento impressionante do número de pequenas e médias empresas, nascidas – em sua maioria – da Zanini e de seu legado produtivo,

organizadas em alguns distritos industriais, mas ainda quase que totalmente dedicadas à produção e manutenção do complexo agroindustrial canavieiro, hegemônico na região.

Segundo os dados da Fundação Seade (2007), Sertãozinho-SP no ano de 1991 possuía um total de 158 empreendimentos industriais e passa, em 2006, para 359 indústrias. Seguindo o aumento do número de pequenas e médias empresas que se constituíram na cidade, os dados fornecidos pelo IBGE (2009) indicam um avanço em 2009, ou seja, com mais de 500 empresas industriais, divididas entre indústrias metalúrgicas e de bens de capital, Sertãozinho-SP é considerada, em termos relativos, uma das cidades mais industrializadas do Estado de São Paulo. Mas a que isso se deve? Seria a vocação e o “espírito empreendedor” dos Sertanezinhos de que tanto se vangloriam os empresários locais?

Evidente que não. Ocorre que ao mesmo tempo em que o setor metalúrgico teve de se reestruturar para atender as novas demandas do complexo agroindustrial, uma nova conjuntura nacional e internacional se abriu para a emergência do novo ciclo de expansão do agronegócio canavieiro no Brasil. E isso fez com que não apenas Sertãozinho-SP voltasse a crescer com margens relativamente comparáveis às da China ao longo dos anos 2000, mas constituiu também o agronegócio canavieiro num modelo de desenvolvimento econômico a ser defendido em toda a região de Ribeirão Preto. Aliás, não faltaram vozes, inclusive presidenciais, defendendo este setor como exemplo de modernidade a ser estendido por todo o Brasil.

Pode-se assim dizer que a realidade dessa conjuntura recente tem a ver, na verdade, com o fato de que, ao longo dos anos 2000, principalmente com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva e a emergência das políticas do neodesenvolvimentismo, o Brasil se tornou um dos maiores produtores de açúcar e álcool do mundo, dando início a mais um ciclo de expansão da cana pelo território nacional. Dentre as razões que desencadearam esse novo ciclo expansivo do agronegócio canavieiro, principalmente pela região Centro-sul do país, destacam-se, por exemplo: a alteração das características do mercado interno a partir do crescimento da oferta e da demanda; ações corporativas, compactuadas entre os governos e o setor privado, para alavancar a produção e atender as exigências dos mercados; a liberação dos preços do açúcar e do álcool, sujeitando-os à competitividade do mercado, além de outros estímulos e incentivos governamentais, relacionados ao setor sucroalcooleiro. Mas não é só isso. Vale dizer também, e parece haver consenso entre os representantes e apologetas do setor, que um conjunto de fatores articulados vem estruturando e redefinindo a recente dinâmica da expansão canavieira no Brasil. Nesse sentido, destacam-se também:

- 1) o crescente aumento do comércio de açúcar e álcool no mercado interno e externo, principalmente em função do esforço integrado entre o setor privado e as políticas de incentivos estaduais e federais;

2) o fim de parte das barreiras européias ao açúcar brasileiro;

3) reduções nas subvenções às exportações de açúcar na Europa promovendo forte queda no volume exportado pelo bloco;

4) os EUA, maior produtor de álcool do milho, não tem condições de atender à sua demanda interna futura por álcool nem tampouco à demanda externa;

5) baixos custos de produção de suas commodities, açúcar e álcool. Os custos de produção do açúcar e do álcool no Brasil são os mais baixos do mundo, significativamente menor do que os custos presentes em países que fabricam tais produtos a partir do açúcar de beterraba ou de milho (WWF, 2008);

6) crise e elevação do preço do barril de petróleo no mercado internacional, bem como sua escassez e alto nível de poluição (emissão de CO₂ na atmosfera). Nesse sentido, vale lembrar, de acordo com (SZMRECSANYI; RAMOS; RAMOS FILHO; VEIGA FILHO, 2008) que, em 2000, os preços do petróleo estiveram na média anual próximos a US\$ 30 o barril e evoluiu até 2005, para o valor médio anual de US\$ 54, 79 em 2006 e fechando 2007 em US\$ 93, o que estimulou a produção de etanol;

7) aumento da demanda interna por álcool hidratado, devido ao aparecimento dos novos modelos de carros flex-fuel (gasolina e álcool), que alavancou o mercado de automóveis, representando já 80% das vendas de veículos novos;

8) devido às alterações climáticas e o aquecimento global provocado pela intensa emissão de CO₂, o protocolo de Kyoto exigiu a redução da emissão desse gás poluente, o que tem contribuído para gerar uma demanda internacional por álcool anidro de outros países da Europa, Ásia e América.

Portanto, com o objetivo de atender a essas expectativas geradas pela conjuntura favorável ao setor sucroalcooleiro e, em especial, ao agronegócio canavieiro, algumas estratégias foram traçadas e desenvolvidas pelos usineiros brasileiros, apoiados pelo governo do PT, para aumentar a oferta de álcool, uma vez que este vem despertando o interesse de outros países, como EUA, Alemanha e Japão. Para atendê-los, um conjunto de medidas vem sendo elaborado pelo setor sucroalcooleiro como resposta a esse que talvez seja um dos mais intensos ciclos de expansão territorial e financeiro do capital agroindustrial.

Nesse conjunto de medidas, merece destaque especial a necessidade de ampliação do número de unidades produtivas de açúcar e álcool a serem construídas para atender as novas demandas nacionais e internacionais. Em outras palavras, os anos 2000 representaram para o agronegócio brasileiro em geral e para o setor metalúrgico em particular – sobretudo para as empresas sertanezinhas, especializadas na fabricação de máquinas e equipamentos pesados agroindustriais – um crescimento significativo na produção industrial, tendo em vista que a

perspectiva de ampliação da cadeia produtiva sucroalcooleira era da ordem de mais de 90 unidades produtivas espalhadas por toda a região Centro-Sul do país.

Foi nesse período, dos anos 2000, que Sertãozinho-SP acompanhou o *boom* do agronegócio canavieiro no Brasil, e viveu a “era de ouro do capital agroindustrial” sob o governo do PT, com um crescente aumento do PIB municipal, aumento na produção industrial, na geração de empregos e na renda de patrões e empregados. Nesse período, a cidade tornou-se a **capital mundial do agronegócio canavieiro**, pois suas empresas [Smar, Sermatec, Caldema, Dedini, TGM, HPB, JW, entre outras] passaram a ganhar o mercado internacional, sendo responsáveis pela produção, montagem e manutenção de unidades produtivas de açúcar e álcool instaladas em outros países da América Latina, Ásia e África. Não há dúvidas de que a cidade se colocou no cenário nacional e internacional como um centro de produção e desenvolvimento tecnológico da agroindústria canavieira. E tudo isso, sob a gerência política e econômica de Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores, hoje tão criticado pelos apologetas do agronegócio

A empolgação dos empresários da cidade com a expansão do ciclo da cana e o novo padrão de desenvolvimento do agronegócio no Brasil era tão grande em meados dos anos 2000 que, em matéria divulgada na revista *AGROnegócio* (2006), veículo responsável por propagandear a visão de mundo da burguesia local dependente do agronegócio, encontramos a informação de que Sertãozinho-SP, em 2006, cresceu [9%], mais do que a média da China. Segundo reportagem da revista,

A cana-de-açúcar é a grande responsável por este resultado. Dos pequenos engenhos de aguardente, rapadura e melaço do século 19, que eram coadjuvantes das plantações de café, às expressivas 13 usinas e destilarias hoje instaladas na cidade, uma história de superação, mas principalmente de inovação. A cidade com 106 mil habitantes tem renda per capita de R\$ 14 mil. Não há desemprego. Só em 2006 foram criados cerca de 6 mil novos postos de trabalho. A cadeia produtiva da cana-de-açúcar é a maior empregadora e geradora de renda (*AGROnegócio*, 2006, *grifo nosso*).

Todavia, da mesma forma que o agronegócio se tornou um dos pilares sustentáculos da balança de pagamentos, com seus altos índices de exportação, mas também do superávit primário que permitiu diversas políticas da plataforma neodesenvolvimentista do governo petista, tão logo ele começou a ruir a partir da crise de 2008 com o forte declínio das demandas externas por *commodities*, as empresas de Sertãozinho-SP voltadas à indústria da cana também começam a apresentar sinais de crise e voltaram a viver cenas de um filme de terror já bastante conhecido da história recente do município: trata-se de mais uma crise do setor sucroalcooleiro.

A crise setorial que está atrelada à crise econômica internacional, embora tenha se iniciado lá fora em 2008, começou a impactar mais fortemente o setor a partir de 2010, quando a produtividade

dos canaviais começou a cair e os empresários reduziram os investimentos em razão da valorização do dólar e da falta de liquidez no mercado financeiro. Neste cenário, várias usinas quebraram e geraram um prejuízo ao setor da ordem de 4 bilhões de reais. Por isso, já em 2012, mais uma vez os usineiros foram salvos pelo Estado brasileiro, isto é, pelo governo Dilma, que liberou 4 bilhões só para o plantio e renovação dos canaviais (XAVIER; PITTA; MENDONÇA, 2012). Ademais, o apoio estatal naquele ano incluiu também a constante rolagem de bilhões de reais em dívidas, incentivos fiscais, crédito e juros subsidiados e segurança no mercado, o que demonstra, no final das contas, que o setor não se sustenta sem o Estado e depende exclusivamente das políticas de subsídios governamentais no âmbito federal, estadual e municipal.

Por isso que Sertãozinho-SP, desde 2012, vem sofrendo os impactos dessa crise. Não só porque sua estrutura produtiva e industrial acompanhou o *boom* canavieiro nos últimos anos, mas principalmente porque sua história está atravessada pela presença constante do agronegócio como modelo de desenvolvimento. Ou seja, o município nasceu e se constituiu a partir do desenvolvimento da monocultura, num primeiro momento com o café, mas num segundo momento, decisivamente, com a cana. E isso trouxe para a economia, política e desenvolvimento da cidade uma dependência estrutural em relação aos ciclos de expansão do agronegócio, de tal forma que qualquer sinal de crise ou esgotamento do ciclo canavieiro, imediatamente as indústrias e empresas especializadas no setor sucroalcooleiro são afetadas. Em outras palavras, como se trata de um ciclo econômico totalmente dependente das circunstâncias econômicas nacionais e internacionais, a cidade fica vulnerável a qualquer alteração naquele padrão de acumulação de capital, isto é, da mesma forma que se beneficia do bônus com toda a riqueza produzida durante a expansão, sofre também, na mesma medida, com o ônus, retração, crise e decadência dos ciclos econômicos que afetam profundamente sua estrutura produtiva e social.

As consequências nefastas desse quadro recessivo provocado pelas estruturas históricas da dependência, que marcaram indelevelmente a vida em Sertãozinho-SP, começam a aparecer por meio do desemprego crescente, caracterizado tanto pela crise conjuntural do agronegócio quanto pela crise estrutural do capital que se manifesta em sua lógica mais destrutiva e perversa sobre a classe trabalhadora.

Assim, ao mesmo tempo em que os trabalhadores metalúrgicos desempregados engrossam as fileiras do exército industrial de reserva na cidade, os que permanecem são submetidos às precárias condições de trabalho, para garantir e recompor as bases de expansão e acumulação de capital. Em outras palavras, significa que em tempos de crise as portas do inferno são abertas aos trabalhadores, pois, na medida em que permanecem no trabalho, esses trabalhadores são superexplorados não só porque vivenciam intensas e longas jornadas de trabalho, mas também porque se subordinam aos baixos salários e às situações de insegurança e vulnerabilidade social

características do trabalho atípico, terceirizado, subcontratado e sub-remunerado vigente no atual regime de acumulação flexível do capital. É a era da precarização estrutural do trabalho em Sertãozinho-SP.

Considerações Finais

Verifica-se, portanto, na longa jornada do desenvolvimento industrial sertanezinho, associado ao desenvolvimento histórico e expansão econômica do agronegócio canavieiro, que a cidade se constituiu, por um lado, como um dos polos mais dinâmicos do desenvolvimento regional, especializando-se desde os anos de 1950 no fornecimento de máquinas e equipamentos às usinas de açúcar e álcool instaladas na região. No entanto, se é verdade que essa especialização trouxe à cidade todo o bônus oriundo do crescimento e expansão cíclicos do agronegócio em determinados contextos desde a época da Revolução Verde e da modernização conservadora ao longo dos anos 1970 e 1980, é verdade também que, por outro lado, esse suposto polo dinâmico, caracterizado pelas indústrias de máquinas e equipamentos agroindustriais, expressa a versão moderna de uma realidade arcaica e atrasada, pois sua economia encontra-se totalmente dependente de um setor cuja dinâmica produtiva assenta-se nas estruturas neocoloniais do agronegócio brasileiro.

Dito de outro modo é possível afirmar com toda certeza que se trata, segundo Florestan Fernandes (1981), da **“arcaização do moderno e da modernização do arcaico”**. O agronegócio canavieiro tão defendido como modelo sustentável de desenvolvimento econômico baseia-se na mais tradicional estrutura de uma economia de tipo colonial agroexportadora que até hoje sustenta as elites agrárias brasileiras e a bancada ruralista no Congresso Nacional. Ou seja, seu tão propalado desenvolvimento tecnológico tem como pilares estruturais a monocultura da cana-de-açúcar, o latifúndio e a superexploração do trabalho, elementos irracionais da ordem reprodutiva do capital que ainda persistem na história social brasileira. Como não poderia deixar de ser, além de reproduzir as estruturas históricas do capitalismo dependente, o setor do agronegócio reedita contraditoriamente formas deletérias de exploração do trabalho e da natureza que sustentam, na atualidade, não apenas os interesses do capital financeiro, mundializado, mas garante, em larga medida, a reprodução hegemônica daqueles que ao se constituírem **senhores da terra** se transformaram também em **donos do mundo**.

Diante desse cenário histórico estrutural, a sociedade sertanezina, trabalhadores e empresários não compreenderam a tragédia econômica e social dos anos 1990, quando durante a crise do Proálcool e a desregulamentação do setor sucroalcooleiro, milhares de trabalhadores

perderam seus empregos e diversas empresas faliram, lançando a cidade numa das piores crises de sua história. A tragédia social parece mais uma vez anunciada!

Apesar da reestruturação produtiva que se seguiu, sobretudo com a fusão entre Zanini e Dedini, a fim de recuperar as margens de lucro do capital, a sociedade sertaneza não se organizou para repensar e discutir um novo modelo de desenvolvimento que não estivesse atrelado ao agronegócio canavieiro. Não se trata, evidentemente, de abdicar dessa realidade totalmente, mas de diversificar suas possibilidades produtivas, visando a constituição de um novo parque industrial, sustentado em outro padrão tecnológico.

A crise e o desemprego que os trabalhadores estão vivendo atualmente, talvez seja resultado dessa incompreensão, mas principalmente dos interesses no aprofundamento do modelo destrutivo do agronegócio. Nesse sentido, a crise que se apresenta é tão ampla que não coloca em risco apenas os empregos dos trabalhadores, mas num cenário de desindustrialização e reprimarização da economia – durante a vigência do neodesenvolvimentismo –, coloca em risco também a existência das empresas e, portanto, do próprio capital industrial. O exemplo disso é que mesmo com a demissão em massa de milhares de trabalhadores que vem ocorrendo desde 2012 e com o fechamento de algumas fábricas na cidade, as empresas não estão conseguindo honrar seus compromissos financeiros e sequer quitam suas dívidas com fornecedores e trabalhadores. Estes se encontram em situação cada vez mais difícil, pois esperam meses e até anos para terem seus direitos sociais e trabalhistas atendidos.

A verdade, como todos sabem, é que numa situação de crise estrutural do capital, ao final, quem historicamente paga a conta é o trabalhador, seja com o fechamento de postos de trabalho e ampliação do exército industrial de reservas, o que tem levado ao rebaixamento dos seus salários, seja com a intensificação da exploração, manutenção e ampliação de empregos e trabalhos precários, terceirizados e sub-remunerados.

Os trabalhadores, sindicatos e empresários sertanezinhos, se quiserem superar o atual estágio da crise que se aprofunda, não podem aceitar mais uma vez o pacto social pela salvação do agronegócio canavieiro na região. É preciso ir além e isto significa, em primeiro lugar, superar o modelo de desenvolvimento do agronegócio. Para tanto, precisam reconhecer que o ciclo de expansão canavieira se esgotou, afinal sua lógica se mostra destrutiva e insustentável diante das contradições sociais e ambientais produzidas ao longo das últimas décadas na região Centro-Sul.

Nesse sentido, cumpre reconhecer também que mesmo possuindo uma economia dinâmica e mundializada, o Brasil ocupa, no contexto da Divisão Internacional do Trabalho, uma posição periférica visto que sua participação no mercado internacional se desenvolve fundamentalmente por meio do fornecimento de produtos agroindustriais, o que não altera o status histórico de uma economia de tipo colonial. Ao contrário, o aprofunda. Em outras palavras, o país reproduz ainda

hoje as raízes neocoloniais de uma economia totalmente dependente e subordinada aos interesses do capital financeiro internacional, como uma simples economia fornecedora de matérias-primas e insumos industriais às economias de capitalismo central.

Assim, é possível indicar, mas sem encerrar a discussão, que as engrenagens industriais da economia sertaneza não podem resumir-se à economia e à sociedade do agronegócio canavieiro. Nesse atual momento de crise, as saídas não estão no aprofundamento do modelo de desenvolvimento do agronegócio, mas na necessidade de sua superação. Por isso, é preciso reunir as forças sociais e políticas a fim de discutir e problematizar outro modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico para o município. Caso contrário, Sertãozinho-SP mergulhará ainda mais nas estruturas históricas da dependência, tornando-se o polo mais dinâmico e vulnerável das mazelas sociais e ambientais produzidas pela selvageria financeira na era do império do capital.

Referências Bibliográficas

- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CHIMANOVITCH, Mário. *“Um negócio camarada”*. **Revista Senhor** n° 77. 08/09/1982.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- HASSE, Geraldo. **Filhos do Fogo – Memória Industrial de Sertãozinho**. São Paulo: Ed. Céu e Terra. 1996.
- _____. **Maurilio Biagi – O Semeador do Sertão**. São Paulo: Ed. Céu e Terra, 2003.
- IANNI, Octávio. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.
- _____. **A classe operária vai ao campo**. SP: Estudos Cebrap, 1975.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Vol. I. Liv. I. Tom. I e II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MICELI, Paulo. C. **Era uma vez em Sertãozinho... Certas histórias de uma história que é do trabalho: pessoas, fatos e feitos**. SP. Nobel. 1984.
- PIRES, Júlio.M. O desenvolvimento econômico de Ribeirão Preto: 1930-2000. In: HASSE, G. **Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto: um espelho de 100 anos**. Ribeirão Preto-SP: Gráfica São Francisco, p.179-191, 2004.
- PRADO JR. Caio. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- RAMOS, Pedro; SZMRECZÁNYI, Tamás.; RAMOS FILHO, Luis.O.; VEIGA FILHO, Alceu.A. **Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira**. Brasília-DF: Embrapa Informações Tecnológicas, 2008, 150p. (Textos para Discussão 32).
- SANTOS, Adriano.P. **A usinagem do capital e o desmonte do trabalho – reestruturação produtiva nos anos 1990: o caso da Zanini S/A de Sertãozinho-SP**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **O moinho satânico do agronegócio canavieiro no Brasil: dependência e superexploração do trabalho na região de Ribeirão Preto-SP.** Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP. 2013. 282p.

SCOPINHO, Rosimeire.A; VALARELLI, Leandro.(Orgs.). **Modernização e impactos sociais** – o caso da agroindústria sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto-SP. Rio de Janeiro: Fase, 1995.

SEADE (SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS). **Região Administrativa de Ribeirão Preto.** CPA.UAE. São Paulo, janeiro de 2007. Disponível em www.planejamento.sp.gov.br . (Acesso em janeiro de 2008).

SHIKIDA, Pery.F.A. **A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995.** Cascavel: Edunioeste, 1998.

STOLCKE, Verena. **Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980).** São Paulo: Brasiliense, 1986.

XAVIER, Carlos.V; PITTA, Fábio.T; MENDONÇA, Maria.L. **A crise do agronegócio.** Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/10987> . Acesso em 15 de março de 2016.

Jornais e Documentos

AGRONEGÓCIO. **Informativo.** Ano 7, nº 68, dezembro, 2006. Disponível em: <http://www.abagrp.org.br/valorizacaoinformativo.php>. Acesso em 20 de outubro de 2011.

DZ. S.A. E.E. S. (Doc.). **Comunicado.** Sertãozinho – SP, 1994.

_____. **Comunicado.** Sertãozinho – SP, 1995.

DZ NOTÍCIAS, Jornal. **DZ S.A. engenharia, equipamentos e sistemas.** Sertãozinho – SP, nº1, ano 1, Jan/Fev, 1993.

MOMENTO ATUAL, Jornal. **Zanini já vê o final da tempestade.** Sertãozinho – SP, nº231, Mar; 1989.

_____. **Greve em Sertãozinho: a grande maioria ficou em casa.** Sertãozinho – SP, nº 233, Mar; 1989.